



CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA
Ata da 6ª reunião, realizada em 26 de setembro de 2017

1 Em 26 de setembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 de Infraestrutura de Energia (CIE), na sede da Secretaria de Estado de Meio
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Breno
5 Esteves Lasmar, representantes da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Luciano Vasconcelos Trindade, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Ronaldo Alexandre Barquette, da Secretaria
8 de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino
9 Superior (Sedectes); Davidson Dantas Barbosa, da Secretaria de Estado de
10 Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor);
11 Carina Angélica Brito Reyder, da Secretaria de Estado de Casa Civil e de
12 Relações Institucionais (Seccri); Andréa Greiner da Cunha Salles, da Secretaria
13 de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop). Representantes da
14 sociedade civil: Enio Marcus Brandão Fonseca, da Associação Brasileira de
15 Companhias de Energia Elétrica (ABCE); Paulo José Clebicar Nogueira, da
16 Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee); Antônio
17 Walter dos Santos Pinheiro Filho, da Associação Brasileira de Geração de
18 Energia Limpa (Abragel); José Hermano Oliveira Franco, da Associação dos
19 Agentes Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa
20 Social (Neoambiente); Priscila Caroline Albuquerque da Silva, da Universidade
21 do Estado de Minas Gerais (Uemg); Igor Braga Martins, do Conselho Regional
22 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). Assuntos em pauta.
23 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
24 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Breno Esteves Lasmar
25 declarou aberta a 6ª reunião da Câmara de Atividades de Infraestrutura de
26 Energia. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
27 Não houve manifestações. **4) EXAME DAS ATAS DA 4ª E 5ª REUNIÕES.**
28 Aprovadas por unanimidade as atas da 4ª e da 5ª reuniões da Câmara de
29 Atividades de Infraestrutura de Energia, realizadas em 23 de maio e em 27 de
30 junho de 2017, respectivamente. **5) ESTUDOS TÉCNICOS VISANDO AO**
31 **LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE USINAS SOLARES HELIOTÉRMICAS NO**
32 **ESTADO DE MINAS GERAIS. Apresentação: FEAM.** Wilson Barbosa Pereira
33 Filho, da FEAM, fez apresentação dos estudos técnicos desenvolvidos no
34 âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos visando ao
35 licenciamento ambiental de usinas solares heliotérmicas no Estado de Minas
36 Gerais. **6) ENERGIA FOTOVOLTAICA NA ÁREA DA SECRETARIA DE**
37 **ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DO NORTE E**

38 **NORDESTE DE MINAS GERAIS (SEDINOR/INSTITUTO DE**
39 **DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS**
40 **(IDENE). Apresentação: Idene.** Davidson Dantas Barbosa e Uilton Roberto
41 Rocha fizeram apresentação de estudo sobre energia fotovoltaica no Norte de
42 Minas Gerais, em complementação à série de temas avaliados pela Câmara de
43 Atividades de Infraestrutura de Energia. **7) INFRAESTRUTURA DE DADOS**
44 **ESPACIAIS (IDE). Apresentação: SEMAD.** Fabrício Lisboa Vieira Machado,
45 diretor de Gestão Territorial Ambiental/SEMAD, fez apresentação da
46 Infraestrutura de Dados Espaciais do Sisema, seu modelo de gestão de dados,
47 aspectos técnicos e aplicações. Em seguida, esclareceu pontos destacados
48 pelos conselheiros. Debates. Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca:
49 “Quando foi lançado, o ZEE contou, efetivamente, com a parceria da Cemig,
50 com a metodologia daquele momento. E a metodologia, nesse tipo de trabalho,
51 avança de uma maneira muito rápida ao longo do tempo. Tudo aquilo que
52 existia naquela época de melhor o pessoal da Universidade Federal de Lavras,
53 com seus laboratórios, utilizou para desenvolver o trabalho. A base de dados
54 oferecida naquela época pecava porque tinha algumas informações de
55 determinados temas em uma escala considerada adequada e outras em uma
56 escala considerada inadequada para percepção dessa análise tanto do
57 empreendedor quanto do funcionário do órgão. Passou uma temporada com
58 aquele conjunto de informações estático. Nós, da Cemig, pagamos uma
59 primeira atualização, que ficou em R\$ 1,5 milhão, para a Universidade Federal
60 de Lavras fazer uma atualização da base de dados do ZEE, inserindo uma série
61 de estudos que aconteceram ao longo do tempo. Nem por isso o ZEE acabou
62 se consolidando como ferramenta daquelas inquestionáveis do ponto de vista
63 de aceitação de todo mundo. Foi preparado um plano de capacitação para
64 empreendedores terem treinamento, através do pessoal da Ufla, e um plano
65 pesadíssimo de treinamento e capacitação do pessoal da SEMAD. Estavam
66 previstas dezenas senão centenas de profissionais a serem capacitados. A falta
67 de atualização, uma segunda, uma terceira, a falta da geração de informações
68 em escala adequada, a quantidade de profissionais que saíram da Secretaria e
69 o desinteresse do setor produtivo na efetiva utilização desse ferramental,
70 assentando com o pessoal para fazer o pré-balcão fizeram com que o ZEE
71 virasse hoje, infelizmente, um ferramental que está colocado como se fosse
72 enferrujado. E eu olho a IDE chegando com o mesmo propósito, com
73 dinamismo, agilidade, capacidade de colocação de novas informações,
74 significativamente, forte e atuante, e consigo olhar para os outros instrumentos
75 de planejamento como o ZEE: estático e sem nenhuma capacidade mais de
76 mobilização de entrada de dados. Como vejo também as AAls que são feitas
77 por similaridade, com o mesmo propósito de instrumento de planejamento,
78 feitas de uma maneira isolada e que pouco servem para esse instrumento de
79 decisão de planejamento. A pergunta que eu faço. Porque nós acompanhamos
80 todo o processo da estruturação da nova lei ambiental do Estado, que reviu

81 competências e estruturas. Como vocês imaginam essa capacidade
82 permanente de colocação de novas informações para manter o banco
83 atualizado, de capacitação do pessoal dos órgãos da Secretaria para que
84 possam fazer uso? E, evidentemente, dessa capacitação também dos
85 empreendedores para que também possam utilizar esse ferramental, e, de fato,
86 esse ferramental seja, absolutamente, útil ao processo não só de licenciamento,
87 mas de ordenamento e de gestão ambiental no Estado.” Fabício Lisboa Vieira
88 Machado/SEMAD: “Realmente, a questão da escala e dessa dinâmica temporal
89 que circunda o nosso ZEE acabou contribuindo para esse ‘desuso, esse
90 esquecimento’, entre aspas. Com a IDE Sisema, não pretendemos competir
91 com o ZEE, em momento algum. Muito pelo contrário. Hoje, há uma categoria
92 de informação dentro da IDE Sisema, a categoria de planejamento e gestão
93 ambiental. Lá dentro, todas as 119 camadas do ZEE estão dispostas. Assim
94 como as camadas das AAls e das AAEs que o Estado já tratou, as camadas do
95 Zoneamento Ambiental e Produtivo, que também é um instrumento de gestão
96 muito interessante, e há uma relação boa SEMAD e Seapa. Enfim, todo e
97 qualquer mecanismo. O CAR, Cadastro Ambiental Rural, ainda não está
98 disponível, mas, futuramente, nós vamos inserir. Com essa remodelagem do
99 Sisema, principalmente da SEMAD, com a publicação do Decreto 47.042, no
100 final do ano passado, foi criada a Superintendência de Gestão Ambiental.
101 Vinculada à Superintendência de Gestão Ambiental, foi criada também a
102 Diretoria de Estudos e Projetos. O carro-chefe dessa diretoria é o ZEE. São os
103 instrumentos de gestão como um todo, mas um olhar cuidadoso, cauteloso,
104 para o Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP) e para o ZEE. O que se
105 pretende? Criar um grupo de trabalho interno e com participantes dos setores
106 produtivos, das entidades parceiras, para atualização do ZEE, sem contratação.
107 Fazer isso por esforço dos técnicos e dos parceiros. Antigamente, tinha o
108 problema da escala. Muito disso já foi superado com os dados que se têm hoje,
109 os dados que a IDE vai prover, e não competir. Então nós depositamos muita fé
110 de que essa atualização do ZEE ocorra pautada nos dados, agora, consistidos,
111 em escala mais apropriada, e por um grupo de trabalho interno, com
112 participação dos setores produtivos e entidades parcerias. Eu acredito que vai
113 ser um caminho de sucesso se trabalhar dessa maneira. Quem está na
114 coordenação disso é a própria Zuleika, que está à frente da Superintendência
115 de Gestão Ambiental. Na questão da capacitação, são oferecidos cursos na
116 área de geotecnologia, um ou dois, de maneira mensal. Então oferecemos
117 cursos desde geoprocessamento básico a classificação do uso do solo,
118 automatização de processos, modelagem. Isso é divulgado com base na nossa
119 comunicação interna do Sisema, e, sob demanda, temos articulado com
120 entidades, como a Arsa. Porque são secretarias, são entidades que podem,
121 inclusive, prover informação para a IDE e também para o instrumento de gestão
122 que a IDE pode suportar, pode subsidiar, como, por exemplo, o ZEE.”
123 Conselheiro Igor Braga Martins: “Parabéns pelo trabalho, pela apresentação.

124 Realmente, conseguiu mostrar o trabalho que vem sendo desenvolvido. A
125 iniciativa de ser software aberto, livre, é muito bacana. Mas eu só queria
126 entender qual é o mecanismo de validação dos dados que vocês estão
127 pretendendo fazer.” Fabício Lisboa Vieira Machado/SEMAD: “Do ponto de vista
128 documental, se baseia no que a Inde e a IED já construíram nas esferas
129 nacional e estadual. A IDE Sisema fez uma réplica das normatizações e
130 padrões para gestão dos dados geoespaciais que lá foram criados. Do ponto de
131 vista tecnológico e operacional, tem um ferramental, um mecanismo de
132 extração, consistência e carga desses dados. Por exemplo, se tenho um dado
133 despadronizado e não conheço a IDE Sisema, mas quero meu dado faça parte,
134 esse produtor do dado entre em contato com o gestor da IDE; o gestor da IDE
135 avalia a natureza do dado, avalia a dificuldade e o grau de complexidade de
136 conversão para os nossos formatos. E hoje realizamos isso de maneira manual.
137 Então o gestor do banco de dados pega essa informação, trata, passa para um
138 analista de geoprocessamento, que valida também do ponto de vista geográfico,
139 e carrega isso na nossa estrutura. De maneira concomitante, está sendo criada
140 uma espécie de geoadministrador. Ele automatiza o trabalho do grupo. Então,
141 do ponto de vista tecnológico, entrou um dado quadrado, a primeira coisa que
142 ele coloca é uma peneira. Essa peneira são os nossos filtros. Se esse dado tem
143 condição de passar pela peneira, ele já é gravado no nosso banco. Caso
144 contrário, é um mecanismo que devolve essa informação para o produtor e fala
145 ‘isso está com problema assim e assim, gentileza consistir e nos retornar’. É
146 uma fábrica de software que está hoje na SEMAD e no IGAM, que tem
147 trabalhado na consistência desse GeoAdmin. A expectativa é que só tenhamos
148 isso também no início do ano que vem. Por enquanto, ainda é tudo muito
149 manual, muito mecânico, muito braçal, focado nos pontos focais titulares e
150 suplentes das quatro casas.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME
151 DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 8.1) Myrtos Geração de Energia S/A. Usina
152 Termoelétrica Termoirapé. UTE Termoirapé. Produção de energia
153 termoelétrica, exclusive gás natural e biogás. Grão Mogol/MG. PA
154 07095/2015/002/2017. Classe 5. Apresentação: Suppri. Licença concedida
155 por unanimidade nos termos do Parecer Único. 9) PROCESSO
156 ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
157 CORRETIVA / AMPLIAÇÃO. 9.1) Petrobras Transporte S/A. Transpetro.
158 Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis
159 líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis
160 automotivos. Uberlândia/MG. PA 02531/2004/009/2016. Classe: 5.
161 Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Licença
162 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. 10) PROCESSO
163 ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
164 CORRETIVA. 10.1) Cemig Geração Camargos S/A. UHE Camargos.
165 Barragens de geração de energia. Hidrelétricas. Andrelândia, Carrancas,**

166 **Itutinga, Madre de Deus de Minas, Nazareno, São João Del Rey e São**
167 **Vicente de Minas/MG. PA 10553/2005/001/2007. Classe 6. Apresentação:**
168 **Supram Sul de Minas. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.VALIDADE: 10**
169 **(DEZ) ANOS.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
170 Único, com abstenção do conselheiro representante da Associação Brasileira de
171 Companhias de Energia Elétrica (ABCE). **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo
172 outros assuntos a serem tratados, o presidente Breno Esteves Lasmar
173 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
174 lavrada esta ata.

175
176 **APROVAÇÃO DA ATA**

177
178
179 **Breno Esteves Lasmar**
180 **Presidente da Câmara de Atividades**
181 **de Infraestrutura de Energia**